

Nota Técnica

As medidas governamentais



Desde meados de 2011, o Governo Federal vem tomando uma série de medidas na tentativa de reativar o crescimento da economia e também, no sentido de tornar mais competitivo o ambiente de produção com medidas de redução de custos. Essas informações são importantes subsídios para a negociação coletiva, tendo esta nota objetivo de prover informações ao dirigente sindical sobre estes elementos econômicos importantes e atuais que poderão ser utilizados nas mesas de negociação.

A Desoneração da folha de pagamentos

Essa medida do governo federal atinge os produtos produzidos pelos setores de **Autopeças, Máquinas e Equipamentos e, em parte, o setor Eletroeletrônico**. A medida tem como característica a troca da contribuição patronal de 20% sobre a massa salarial por um imposto de 1% à 2,0% (dependendo do setor) do faturamento. Se o impacto na arrecadação com a nova medida for menor do que a tributação anterior, o tesouro nacional irá cobrir essa diferença, de modo que não irá afetar a arrecadação do INSS.

Porém é dinheiro da união que poderia ser utilizado em outras finalidades, mas esta sendo utilizado para incentivar as empresas.

No final das contas, desonerar a folha de pagamentos representa que **as empresas irão pagar menos impostos**.

Segundo José Velloso, vice-presidente da ABIMAQ “a alíquota de 1% já seria vantajosa, pois as exportações seriam desoneradas e evitaria o pagamento de impostos em momentos de sazonalidade baixa da indústria”, afirmou. O valor médio do INSS no setor representa aproximadamente 3% do faturamento (o imposto é de 1% sobre o faturamento). Logo haverá uma desoneração de 2/3 da folha. Além disso, o aquecimento desses setores impacta positivamente outros setores metalúrgicos, tais como forjaria e fundição.

Nesta edição:

As medidas governamentais

| | |
|---|---|
| A desoneração da folha de pagamentos | 1 |
| A redução do IPI | 2 |
| Programa Sustentação do Investimento(PSI) | 2 |
| Compras do governo: PAC Equipamentos | 3 |
| Aumento do Imposto de Importação | 3 |
| Redução do custo da energia elétrica | 4 |
| O Novo Regime Automotivo: Inovar Auto | 4 |

TABELA 1

Estimativa de Renúncia Fiscal Anual e Percentual cobrado sobre a Receita Bruta com a **Desoneração na Folha de Pagamentos**

| SETOR | Bens de Capital | TI e TIC | Auto-peças | Material elétrico | Aéreo | Naval | Ônibus | Demais setores | TOTAL |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|
| Renúncia Anual | R\$ 1,25 bilhões | R\$ 1,17 bilhões | R\$ 1,13 bilhões | R\$ 372 milhões | R\$ 225 milhões | R\$ 145 milhões | R\$ 77 milhões | R\$ 2,84 bilhões | R\$ 7,21 bilhões |
| Percentual sobre a Receita Bruta | 1,00% | 2,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1% a 2% | |

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Subseção DIEESE/FTM-RS

A Redução do IPI: Setor Automotivo, Bens de Capital e Linha Branca

O governo anunciou a redução de IPI (Imposto de Produção Industrial) para inúmeros setores dos quais alguns são metalúrgicos. É importante destacar que a **redução do IPI impacta o preço final dos produtos**. Assim, os produtos ficam mais baratos para o comprador final e conseqüentemente as empresas tendem a vender mais.

Os impactos foram imediatos, a produção de veículos bateu recorde de produção e vendas no mês de agosto, existem filas para aquisição de veículos e alguns modelos essa fila de espera chega a 100 dias.

O IPI foi prorrogado (pela segunda vez) até o final de dezembro. A prorrogação, aliada ao recebimento do décimo terceiro salário, acarretou um volume de vendas de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus nos dez primeiros dias de dezembro - com emplacamentos diários de 15,7 mil carros, 850 a mais do que novembro - acima do padrão para o mês de dezembro no segmento. Esse resultado indica que dezembro de 2012 estará entre os três melhores meses da história. Algumas marcas, como Ford, General Motors (GM) e Fiat, suspenderam as tradicionais férias coletivas de fim de ano para dar conta da demanda.






Na linha branca, a Eletros (associação das montadoras) estima que as vendas cresceram 20%. A prorrogação do IPI foi até o final do ano de 2012.

Finalmente o setor de bens de capital tem taxa de IPI de 0% (zero por cento) até o final de 2013.

A principal característica da redução do IPI é a chamada renúncia fiscal. O governo deixa de arrecadar para incentivar as vendas de produtos. Logo, o governo adotou medidas robustas, diminuindo a sua capacidade de arrecadação. Agora chegou a hora das empresas também incentivarem o mercado interno brasileiro através de bons reajustes salariais.

TABELA 2

Estimativa de Renúncia Fiscal Anual com Redução IPI

| Setor | Renúncia Anual |
|---|-----------------|
| Linha Branca  | R\$ 361 milhões |
| Móveis, painéis, laminados e luminárias  | R\$ 393 milhões |
| Automóveis  | R\$ 800 milhões |
| Bens de Capital  | R\$ 1,1 bilhões |
| Material de construção  | R\$ 2,2 bilhões |

PSI: Redução da Taxa de Juros para Aquisição de Máquinas e Caminhões

O Programa de Sustentação de Investimento (PSI) visa facilitar as condições de financiamento para investimentos produtivos via redução das taxas de juros. A taxa de juros fixa para compra de máquinas e equipamentos caiu de 4,5% para 2,5% ao ano. "Levando em consideração uma inflação de 4,5%, temos um juro real negativo. Estamos estimulando a compra de máquinas e equipamentos", disse o Ministro Mantega. Essa medida também vale para o setor de

caminhões que enfrenta problemas por conta da antecipação das compras ocorridas em 2011 e pela mudança de tecnologia nos motores dos caminhões. Dificilmente não teremos um aumento na produção desses itens. Essa taxa é a menor da história para aquisição desses itens no Brasil.

Essas medidas são válidas até dezembro de 2012. Para o próximo ano, o PSI será mantido, mas serão modificadas as taxas de juro de financiamento anual conforme tabela 3.

TABELA 3

Taxa de juros anual segundo produto financiável

| Programa | 2012 | | 2013 | |
|------------------|-------|-----------|---------|---------|
| | Antes | Ago - Dez | 1º sem. | 2º sem. |
| Máq. e equip. | 4,5% | 2,5% | 3,0% | 3,5% |
| Ônibus | 7,0% | 5,5% | 3,0% | 4,0% |
| Caminhões | 7,0% | 2,5% | 3,0% | 4,0% |
| Procami-nhoneiro | 4,5% | 2,5% | 3,0% | 4,0% |

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Subseção DIEESE/FTM-RS

Compras Governamentais: PAC Equipamentos

No final do mês de junho o Ministro da Fazenda Guido Mantega anunciou o PAC EQUIPAMENTOS. Ao todo serão gastos R\$ 8,43 bilhões para aquisição de inúmeros equipamentos metalúrgicos, cujos principais produtos estão listados na tabela 4.

Somente em relação a produção de ônibus - cuja destinação será para o transporte escolar -, as 8.570 unidades representaram mais da metade de tudo o que as empresas fabricantes de carroçarias produziram no primeiro semestre do ano (16.236 unidades), conforme a Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (Fabus).

A medida é positiva e afeta de forma direta grandes empresas do RS como, por exemplo, a Marcopolo de Caxias do Sul, a qual ficou de fornecer até 4.100 ônibus escolares. Ainda, de forma indireta, a medida afeta as empresas que atuam na cadeia produtiva dessas empresas, além das tradicionais empresas que autopeças instaladas na região.

TABELA 4
Relação das principais compras PAC Equipamentos

| Equipamentos | Quantidade | Valor (R\$ milhões) |
|--|------------|---------------------|
|  Caminhões | 8.000 un. | 2.280,2 |
|  Patrulha Agrícola | 3.000 un. | 870,0 |
|  Retroescavadeiras | 3.591 un. | 650,0 |
|  Motoniveladoras | 1.330 un. | 6.386,0 |
|  Perfuratrizes | 50 un. | 135,0 |
|  Furgão: Ambulância | 2.125 un. | 3.263,0 |
|  Furgão: Odonto | 1.000 un. | 1.542,0 |
|  Trens Urbanos | 160 vagões | 721,0 |
|  Motocicletas | 500 un. | 223,0 |
|  Ônibus | 8.570 un. | 1.714,0 |
| Total Compras | | 8.434,50 |

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Subseção DIEESE/FTM-RS

Aumento do Imposto de Importação

TABELA 5
Imposto de Importação

| Setores do ramo metalúrgico | Imposto de importação (%) | |
|--------------------------------|---------------------------|----------|
| | Atual | Proposta |
| Alumínio e suas obras | 12% | 25% |
| Pneus | 16% | 25% |
| Escavadoras e pás carregadoras | 14% | 25% |
| Fio-máquina | 12% | 25% |
| Laminados | 14% | 25% |

Fonte: Ministério da Fazenda

Mais um reforço dado à produção nacional foi o aumento dos impostos sobre a importação em até 25% de cem produtos dos setores de siderurgia, bens de capital e autopeças, entre outros setores não metalúrgicos a partir de 1º de outubro deste ano pelo governo federal.

Na lista estão os produtos que tiveram um crescimento

elevado nas importações no último período. Com a medida, o governo protege a indústria nacional contendo a concorrência externa. A siderurgia foi o setor que mais se beneficiou desse processo.

Ao todo, o governo espera taxar 300 produtos que vêm sofrendo com a concorrência externa.

Redução do Custo da Energia Elétrica

No último dia 6 de setembro, a presidenta Dilma Rousseff anunciou que o Governo Federal irá lançar um plano para reduzir as tarifas de energia elétrica no Brasil. O plano como um todo ainda não foi lançado, porém as primeiras informações destacam que a redução poderá chegar até 16% aos consumidores residenciais, enquanto para as INDÚSTRIAS (foco principal da medida do governo) poderá chegar até 28%. Vale lembrar que a

redução no custo da energia elétrica é uma das principais bandeiras da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e da FIESP.



A medida entrará em vigor em 2013 e com o anúncio oficial poderemos verificar o impacto dessa redução para os setores. De antemão, é necessário refletir que grande parte dos maquinários das indústrias utiliza energia elétrica e, inclusive, muitas empresas preferem fazer determinados processos no terceiro turno justamente por ser o período do dia que a energia elétrica é mais barata.

Novo Regime Automotivo: O Programa Inovar Auto

O Governo Federal regulamentou em outubro de 2012, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Inovar-Auto, o novo regime automotivo brasileiro que vigorará entre 2013 e 2017.

O principal objetivo do programa é criar condições de competitividade e incentivar as empresas a fabricar carros mais econômicos e mais seguros, investir na cadeia de fornecedores e em engenharia, em tecnologia

industrial básica, em pesquisa e em desenvolvimento e capacitação de fornecedores.

São beneficiárias do novo regime as empresas que produzem veículos no país, as que não produzem, mas comercializam, e as empresas que apresentem projeto de investimento no setor automotivo. Para se habilitarem ao novo regime, as empresas terão de se comprometer com uma série de metas. Uma vez habilitadas, poderão fazer jus a crédito isentas do aumento de 30 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

anunciado em 2011.

A expectativa é que o anúncio do novo regime libere uma série de investimentos que estavam à espera de uma definição das novas regras de fomento ao setor. O primeiro passo foi dado pela JAC Motors, ao retomar a instalação de sua fábrica em Camaçari, na Bahia.

Nas contas da ANFAVEA, a entidade que representa as montadoras instaladas no Brasil, **os investimentos da indústria automobilística poderão chegar a R\$ 60 bilhões com o novo regime.**

Nota Técnica – Ano 1, Número 2, dezembro de 2012. Periodicidade trimestral. Subseção DIEESE/FTI Metalúrgicos RS.

EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Presidente: Jairo Santos Silva Carneiro; Vice-Presidente: Enio Lavuir Dutra dos Santos; Secretário Administrativo: Flávio José Fontana de Souza; Secretário de Imprensa Divulgação: Ademir Maia Coito
EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE - Direção Técnica – Diretor Técnico Clemente Ganz Lúcio; Coordenador de Estudos e Desenvolvimento: Ademir Figueiredo; Coordenador de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira; Supervisor Regional do DIEESE/RS: Ricardo Franzoi; Técnica Responsável pelo Boletim: Luana Priscila Betti.
Equipe Executora: Subseção DIEESE/FTM-RS. Endereço: Av. Voluntários da Pátria, 595 - 10 and, cj 809 – Centro, Porto Alegre - RS Tel: (51) 3228-4877. Sites: www.ftmrs.org.br, www.dieese.org.br. E-mail: luana@dieese.org.br